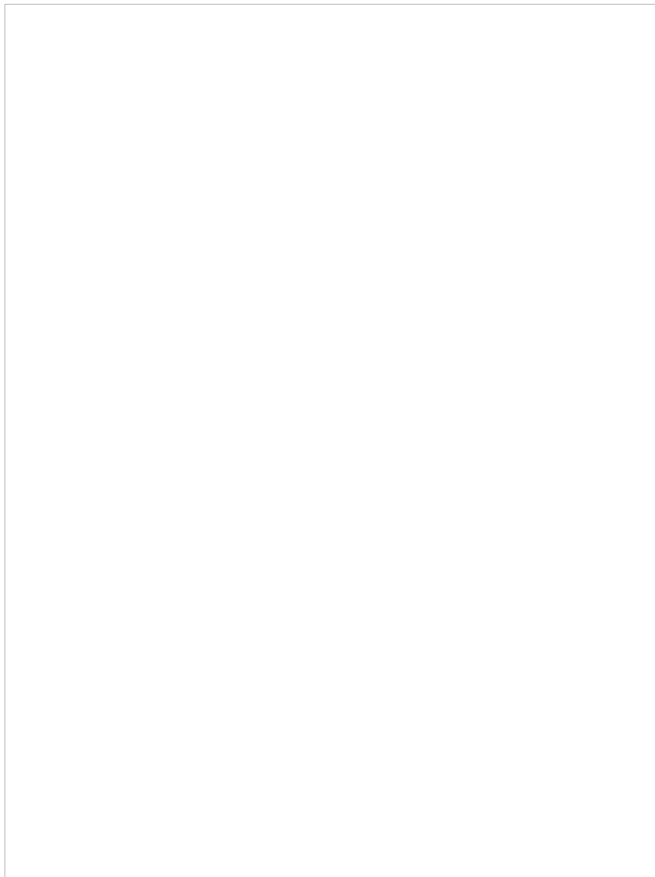


# Operação Recursos Hídricos “Uso Legal” fiscaliza pontos de captação de água em MG e gera multas de R\$ 433 mil

Sex 05 maio

Cinquenta e seis pontos de captação de água em 14 municípios de Minas Gerais foram alvo de fiscalização ambiental entre os dias 24/4 e 5/5. Coordenada pela [Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável \(Semad\)](#), a operação Recursos Hídricos “Uso Legal” mirou locais com alta demanda de recursos hídricos, destinados, principalmente, a atividades agropastoris. A ação gerou multas que somam R\$ 433 mil.



Os pontos de captação de água são locais onde esse recurso é retirado de uma fonte, como rios, lagos, nascentes ou poços, para uso humano, industrial ou agrícola. São considerados importantes para garantir o acesso à água potável e para a manutenção das atividades econômicas que dependem do uso do recurso.

“No entanto, é fundamental que eles sejam gerenciados de forma adequada e sustentável. E é de responsabilidade do poder público assegurar esse acesso, mediante o uso racional e eficiente. Por isso, a operação buscou frear o uso ilegal, que prejudica a disponibilidade e qualidade hídrica das regiões”, comenta o superintendente de Fiscalização Ambiental da Semad,

*Semad / Divulgação*

Gustavo Endrigo.

Foram fiscalizados 56 pontos distribuídos nas cidades de São Romão, Chapada Gaúcha, Buritizeiro, Unaí, Capelinha, Aricanduva, Angelândia, Itapagipe, São Francisco de Sales, Planura, Serrania, Machado, Alfenas e Ouro Preto.

As principais infrações encontradas na operação foram a construção ou uso de barragens sem a respectiva outorga; a não instalação de equipamentos de medição e horímetro, quando exigido pelo órgão gestor ou Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH-MG); além da não apresentação dos dados de medição, quando solicitados durante a fiscalização.

## **Penalidades**

Diante das irregularidades, foram emitidos 19 autos de infração, sendo que em 11 deles foram aplicadas penalidades de advertência. Ao todo, a operação gerou multa de R\$ 433 mil e 12 pontos tiveram a captação da água suspensa ou embargada.

“A água é um recurso limitado, de valor ecológico, social e econômico; é essencial para manutenção dos ecossistemas, e, além de seu uso doméstico, é de extrema importância para a agricultura, a pecuária, as indústrias e outras atividades humanas. Assim, o nosso trabalho é prevenir que haja uma degradação desses recursos. As operações contribuem para maior conscientização para o desenvolvimento sustentável e para melhoria da qualidade ambiental do estado”, conclui Gustavo Endrigo.